

É só pena que voa

A crise generalizada que atravessa o PSDB explodiu agora também na capital paulista. Orlando Faria, aliado de Eduardo Leite (PS) e presidente do diretório municipal da sigla, decidiu entregar o cargo. Segundo ele, as razões são pessoais. A coluna apurou que Faria estava incomodado com movimentação de ala do partido para apoiar Ricardo Nunes (MDB), de cuja gestão ele é crítico. A legenda deve convocar uma convenção para decidir seu novo comandante em São Paulo.

RESERVAÇÃO A gota d'água para o dirigente foi uma reunião em 19 de dezembro entre Paulo Serra, presidente do diretório estadual do PSDB e prefeito de Santo André (SP), com Nunes. Ele e a cúpula nacional do partido se irritaram por não terem sido chamados. Eles souberam do encontro por meio da agenda pública do emedebista.

REVOLUÇÃO Vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, João Jorge, por sua vez, decidiu se desligar do PSDB após 32 anos e deve puxar a fila dos vereadores. A expectativa é a de que pelo menos 5 dos 8 membros da bancada tucana deixem a sigla.

SEM RUMO Próximo de Nunes, Jorge diz que as brigas internas e a indefinição sobre a estratégia eleitoral para este ano levaram-no a decidir sair do partido. Ele vinha defendendo que o PSDB apoiasse o prefeito — o que a legenda ainda não definiu se fará — e afirma que não existe ninguém montando a chapa de vereadores do PSDB em São Paulo.

LA... Aliados de Nunes que reme-se contrapor à tentativa do grupo de Guilherme Boulos (PSOL) de classificar o prefeito como autocrático por buscar o apoio do ex-prefeito Jair Bolsonaro (PL).

...E CA Eles vão reeleger na campanha o apoio de Paulo Maluf (PP) a Fernando Haddad (PT), hoje ministro da Fazenda em 2022 e a chapa de Luiza Trindade (PSOL) e época no PSB com Michel Temer em 2014 (MDB). A ideia é mostrar que aliados eleitorais entre políticos com visões divergentes são frequentes.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Clúdio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE SP PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Circulação: circulaçãogrupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assinamento ao assinante | (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha | assinante.folha.com.br | 0800-015-8000

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Digital
Plano Mensal

Exército alega fisiologia e defende veto a mulheres em funções de combate

Governo Lula pediu no STF fim de ação que tenta garantir acesso feminino a todas as carreiras militares e nega que haja discriminação

César Feitosa

Mulheres nas Forças Armadas

Efetivo militar em países da Otan*

Por gênero em

Homens

Mulheres

Hungria

Estados Unidos

Bulgária

Grecia

Francia

Canada

Letônia

Albânia

Eslovênia

Noruega

Tchêquia

Espanha

Armênia

Portugal

Litânia

Eslováquia

Reino Unido

Países Baixos

Croácia

Brasil

Monetengro

Bulgária

Estônia

Dinamarca

Macedônia do Norte

Luxemburgo

Itália

Turquia

100

* Dados da Otan se referem a 2020, do Brasil, a 2021

Quantidade de mulheres nas Forças Armadas brasileiras

Total → 212.032

Mulheres → 11.687

5%

75.402

11%

8.420

67.605

16.418

2%

Exército

Marinha

Força Aérea Brasileira

Fuentes: Otan e Forças Armadas

BRASILIA As Forças Armadas orientaram o governo Lula (PT) a se posicionar contra uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) que tenta permitir que mulheres tenham acesso a todas as carreiras militares.

Em um dos documentos que embasaram a posição do governo, o Exército disse que a inclusão de mulheres em determinadas funções (no jargão militar chamadas de armas) pode comprometer o desempenho militar numa situação de combate por causa da "fisiologia feminina".

"É necessário reconhecer que a fisiologia feminina, refletida na execução de tarefas específicas na zona de combate, pode comprometer o desempenho militar em operações", escreveu o coronel Sandro Ernesto Gomes, chefe da assessoria jurídica do gabinete do comandante da Força, general Tomislav Paiva.

O coronel ainda argumenta que em situações em que o "emprego da violência atinge seus limites, em consequência, também é exigido dos combatentes profissionais extremo esforço".

Por isso, segundo ele, igualar as condições de acesso desconsidera peculiaridades. Os argumentos estão incluídos em um documento escrito pelo coronel Gomes, que seria ficado restrito internamente para embasar o posicionamento da AGU (Advocacia-Geral da União) perante o STF. O parecer interno, porém, acabou enviado ao Supremo.

AGU acolheu os argumentos apresentados pelo Exército e se manifestou no processo contra a imediata ampla concorrência para a carreira militar. O ministro Jorge Messias, no entanto, decidiu modular o discurso para não endossar o argumento de que a entrada de mulheres em determinadas armas representaria um enfraquecimento da Força.

Messias defendeu que a carreira das Forças Armadas é diferente das Forças Militares — e, por isso, exige que sua composição siga critérios próprios. Trata-se de uma estratégia da AGU para evitar que o STF siga o mesmo entendimento aplicado em ação contra a PM do Distrito Federal, que terminou com a derroba da de um edital que separava somente 10% das vagas da corporação para mulheres.

"Dada a sua marcante diferenciação com outras carreiras, notadamente em face da natureza das atribuições de desempenhadas, eventual fixação de critérios distintos de acesso, para o exercício de determinadas atividades nas Forças Armadas, não consiste, por si só, em medida discriminatória", defendeu o chefe da AGU.

A subprocuradora Eliete Ramoa apresentou três ações contra leis que permitem reserva de vagas ou prolação de vagas para mulheres a determinadas carreiras no Exército, Marinha e Aeronáutica. As ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) foram entregues ao Supremo em 2021, na chefia da Procuradoria-Geral da República.

O argumento da subprocuradora é que os trechos das leis que permitem o veto de mulheres a determinadas armas dentro das Forças Armadas são uma "discriminação

visando permitir que mulheres fossem os cursos da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) para alcançar o grau de oficial.

A proposta surgiu por decisão da então presidente Dilma Rousseff (PT). As primeiras alunas entraram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 2017, na Aman em 2018 e se formaram em 2021.

O acesso de mulheres no Exército não é autorizado para todas as armas, o que limita as futuras promoções ao generalato.

Elas não podem entrar em armas consideradas mais combatentes, como a Cavalaria, Infantaria, Artilharia e Engenharia. Os militares que ingressam nessas funções são responsáveis por ocupar a linha de frente em batalhas ou apoiar ações com câmbios e construções de pontos improvisados.

Nas armas combatentes, mulheres podem entrar apenas naquelas que exigem menos esforço físico. São elas as de Comunicações e de Material Bélico (que atua no apoio logístico de manutenção). Generais ouvidos pela Folha afirmam que a entrada de mulheres no Exército exigia uma série de estudos e coberturas acadêmicas militares. Foram alterados os currículos, estabelecidos novos protocolos para entrada nesses espaços e chapadas as janelas.

O reatamento da Aman para receber a primeira turma com mulheres custou R\$ 64 milhões para o Exército.

"Com a formação das primeiras oficiais e sargentos, torna-se fundamental acompanhar a influência dessas formações nos câmbios e construções de pontos improvisados e nas carreiras e no tocante a sua evolução física. Assim, consideramos que uma evolução prudente e responsável das mulheres para os cursos combatentes da Linha de Ensinamento Militar Bélico deveria aguardar mais alguns anos, até que sejam obtidas mais informações a respeito das consequências da atividade militar sobre a saúde física e mental dessas militares", concluiu o Exército no documento enviado à AGU.

A presença feminina varia em cada Força. Na Aeronáutica, representa pouco mais de 25% do efetivo (14,18 mil mulheres num total de 67.605 militares). Elas são impedidas de entrar na infantaria — arma responsável pelo combate a pé.

"Provisórias já estão sendo tomadas no sentido de colher, analisar e monitorar dados que possam subsidiar de forma segura futuras políticas de inclusão de mulheres, sem descuidar da salvaguarda da integridade física e psicológica desse segmento, conforme consta das informações trazidas pela Consultoria Jurídica junto à FAP", disse a AGU ao Supremo.

Na Marinha, as mulheres ocupam 8,42% dos 75 mil cargos ativos — total de 14%. A Força não proibe a participação feminina em nenhuma arma, mas limita o acesso delas a cargos e funções a depender das "exigências do preparo do Poder Naval", como disse a Marinha em documento à AGU.

"A Marinha é pioneira na participação das mulheres nas Forças Armadas [...] e pauta suas ações pela meritocracia e isonomia, oferecendo igual oportunidade aos cidadãos brasileiros que desejam ingressar na Força Armada de sexo", disse, em nota.

Uma lei de 2012, chamada Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro, foi aprovada pelo Con-